

Negritude, inclusão social, patrimônio imaterial, memória e (re)apagamento

Blackness, social inclusion, intangible heritage, memory and (re)oblivion

*José Euríalo dos Reis¹
José Raimundo Silva Costa²*

RESUMO: Registram-se informações sobre Dona Bela e a Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista, de Belo Horizonte, MG, após o falecimento dessa rainha conga, via levantamento bibliográfico, entrevista semiestruturada e observação participante, sob perspectiva etnográfica. Abordam-se questões como negritude, inclusão social, patrimônio, memória e (re)apagamento no contexto do Congado, cujos fundamento, sacramento e mandamento são ameaçados por dessacralização, desterritorialização, “folclorização”, mercantilização, (re)apagamento e esvaziamento de sentidos. Propõe-se esforço para coleta, produção e sistematização de registros para a perenização de memórias dessa guarda e da sua fundadora e rainha, para que se dê continuidade ao seu considerável trabalho.

ABSTRACT: This paper records information on Dona Bela and her Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista, from Belo Horizonte, MG – after the death of this “conga” queen (Dona Bela) –, through literature review, semi-structured interviews and ethnographic-based observation, in light of elements such as blackness, social inclusion, intangible heritage, memory and (re)oblivion, within the “Congado”, whose foundation, sacrament and commandment are threatened by desecration, deterritorialization, “folklorization”, commoditization, (re)erasing of ancestral memories and emptying of senses. It is proposed an effort to collect, produce and systematize records to perpetuate the memories inherent to this group and to its founder and “queen”, to carry on her remarkable work.

PALAVRAS-CHAVE: Congado. Guarda de Moçambique. Memória/(Re)apagamento.

1 Pós-graduado em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFV. E-mail: zeeurialo@gmail.com

2 Mestre em Economia Familiar pela Universidade Federal de Viçosa; Professor e orientador do Curso Lato Sensu de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça oferecido pelo CEAD/UFV. E-mail: jsc2@outlook.com

KEYWORDS: Congado. Guarda de Moçambique. Memory/Re(oblivion).

I. INTRODUÇÃO

O patrimônio imaterial reúne “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”, “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”, “manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”, lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas) (BRASIL, 2000) e inclui histórias não oficialmente registradas, identidades etc.

Esse patrimônio imaterial, imbricado em práticas culturais, é testemunho da herança cultural de grupos sociais, vinculando-se à sua história e à sua identidade, que cumpre (re)conhecer e preservar. História que nem sempre está oficialmente registrada e identidade que tem a ver com autoafirmação e com inclusão social, compreendida como “um processo que considera as possibilidades e as potencialidades dos grupos sociais ou das pessoas, individualmente, para superar uma situação desfavorável de funcionamento na sociedade, alcançando uma evolução na escala social” (CORSINI, 2007, p. 23).

Frequentemente, negligencia-se a sabedoria das classes menos favorecidas, de índios e negros, guardiães de saberes e fazeres ancestrais – parte desse patrimônio imaterial, imbricados em suas práticas culturais, vinculados à sua história e identidade – que são, hoje, “(re)apagados” por relações assimétricas de poder(es). Indo de encontro a isso, inicia-se, com este artigo, memorial sobre a matriarca da Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista, do Bairro Santo André, de Belo Horizonte – MG, Dona Bela ou Rainha Bela, em esforço inicial de um dos membros dessa guarda, autor deste trabalho.

Inspiram este texto (re)leituras e (re)conhecimento de elementos do Moçambique, como modos, saberes e fazeres, em memória da D. Bela e dessa guarda, e o mito – “sequência estereotipada de atividades envolvendo gestos, palavras e objetos realizadas em lugares segregados, e [que] se destinam a influenciar entidades ou forças pré-naturais em favor dos objetivos ou interesses dos atores sociais” (TURNER, 1977, p. 183)³ – que a envolve.

São contemplados valores e manifestações de fé que, comuns no Brasil Colônia, ainda são preservados, como o Congado⁴, que nos dizem de uma história não oficial de resistência e ações dessa matriarca, visando a cumprir promessa e manter tradição e professar fé própria dessa rainha

3 Tradução de: “[it] is a stereotyped sequence of activities involving gestures, words, and objects performed in a sequestered place and designed to influence prenatal entities or forces on behalf of the actors’ goals and interests.”

4 Leia-se, a propósito, Cardoso & Bacelar (1999) e Souza (2002).

congá, *griof* do bairro, mãe 16 filhos (15 adotivos), benzedeira e dona de bazar (“é para completar a pensão e pagar o aluguel”, dizia, mas também para doar a quem necessitasse) e registro sobre dificuldades enfrentadas pela guarda após o seu falecimento.

São registrados esforços para localização, identificação, seleção, sistematização e registro de ações da D. Bela e da guarda que presidiu por quase 50 anos, que resultam em incipiente acervo sobre suas ações de cunho religioso, posto que ela sempre a entendeu como entidade religiosa, não folclórica ou artística, que constituem patrimônio imaterial a propósito do qual vale lembrar Lévi-Strauss: “[p]or que não perpetuar, mesmo colocando-os somente por escrito, velhos hábitos e costumes que estão de toda forma condenados? Quanto menos lhe prestarmos atenção, mais depressa hão de desaparecer” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 61)⁶.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Adota-se a técnica de observação participante, aberta a significados e valores, para representar e interpretar articulações, práticas e formas simbólicas das produções socioculturais nascidas do convívio e do compartilhamento de valores do grupo pesquisado (cf. WILLIS, 1982). Este registro tem caráter algo etnográfico, por buscar, nos termos de Geertz (1977), descrever o contexto da pesquisa, considerando o grupo investigado e o lugar social do pesquisador, buscando lançar olhar ordenador sobre ações aparentemente caóticas, conforme as informações coletadas, os indivíduos, as relações estabelecidas e as estruturas envolvidas.

As informações – coletadas por meio de entrevista semiestruturada, para documentar algo não-documentado (HAGUETTE, 1998) – servem ao propósito de se (re)conhecer uma “cultura autêntica”, nos termos de Sapir, para quem é fundamental “a atitude adotada em relação ao passado, suas instituições, seus tesouros de arte e pensamento” (SAPIR, 1985, p. 325 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 30).

São tecidas considerações sobre essa guarda de Moçambique – do Congado, patrimônio imaterial reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN –, comentadas ações dessa entidade e da rainha congá D. Bela, Figura 1, que a presidiu, até morrer, aos 110 anos; sobre o seu reconhecimento oficial, o seu falecimento e a quase dissolução da guarda, esperando-se contribuir

5 Sábios que formam mestres, os “*griots* são chamados de *djeli*, que significa sangue em maninca. [...] da mesma forma como o sangue circula pelo corpo humano, os *griots* circulam pelo corpo da sociedade, podendo curá-la [...] através da sua palavra (BERNAT, 2008, p. 67).

6 Tradução de: “Why not perpetuate, if only by writing them down, old habits and usages that are totally condemned to extinction? The less attention we pay to them, the faster they will disappear”.

para o fortalecimento de outras guardas – dos “7 irmãos do Congado”: Moçambique, Congos, Marujos, Catopés, Candombe, Caboclos e Vilões –, por registrar protagonismo feminino, extensão de políticas públicas ao bairro sede da guarda⁷, e ser subsídio para se erigir memória e lutar por melhores dias. Dona Bela foi a primeira a ocupar o terreno – então, da Prefeitura Municipal – onde vivem alguns dos seus descendentes, e contribuiu muito para a urbanização no bairro, contribuindo para que outros ali erguessem suas casas.

3. (RE)APAGAMENTO

Urge registrar feitos e resgatar memórias para que se evite (re)apagamento e se (man)tenham registros de “cultura autêntica” (oposta à “cultura espúria” ou “enlatada”), que “não é necessariamente alta ou baixa; é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e autossatisfatória [...] expressão de uma atitude ricamente diversificada diante da vida e ainda assim consistente, uma atitude que vê a significação de qualquer elemento da civilização em sua relação com todos os outros” (SAPIR, 1985, p. 315 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 30).

Documentar o Congado em Minas⁸ e a atuação de D. Bela e da sua guarda implica compreender essa “cultura autêntica”, com “adequada atitude adotada em relação ao passado, suas instituições, seus tesouros de arte e pensamento” (SAPIR, 1985, p. 325 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 31), porque “o passado é de interesse cultural apenas quanto ele está ainda presente e pode tornar-se o futuro” (*idem, ibidem*) e convidar leitores ao “acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade” (BRASIL, 1997, p. 46).

Sem preservação, registro e salvaguarda dessas práticas, significados se perdem, escapam ao conhecimento do cidadão comum e até de sociólogos e antropólogos, não lhes bastando a visualização de objetos em museus, por exemplo, posto que, ausentes os registros, os objetos perdem suas “almas”, porque há uma:

7 As guardas “procuram tornar visíveis as relações étnicas, culturais, místicas e sociais, expressando suas críticas a um mundo racionalizado e fragmentado. Procuram defender-se dos problemas que os afligem em seus bairros, lutam contra a quase invisibilidade social, objetivando tornar suas manifestações em denúncia contínua, muitas vezes, da discriminação social” e que “na organização dos festejos e em todas as outras possibilidades de participação no Reinado, a mulher sempre esteve presente, porém ocupando espaços diferenciados dos homens. [...], só era permitido às mulheres participar como rainhas, princesas, zeladoras, juízas, bandeireiras, responsáveis pelos enfeites e pela preparação da comida que é servida durante os rituais — posições de menor visibilidade, espaços menos valorizados na hierarquia do ritual — mas nunca como caixeiras ou dançantes” (SOARES, 2010, p. 18 *apud* ROVAI, 2015).

8 Segundo a Federação dos Congados de Minas Gerais, Minas “tem hoje a maior concentração de congadeiros do Brasil, contando com cerca de quatro mil ‘guardas’” (ROVAI, 2015).

memória que impregna e restitui “a alma nas coisas”, referida a uma paisagem (inter)subjetiva em que o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, como expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005, p. 39).



Fonte: PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS [Blog]. Foto de Ana Valadares.

Registrar, portanto, o trabalho dessa líder implica tratar de gênero, raça/etnia, inclusão social, patrimônio cultural, memória e (re)apagamento,

no âmbito desse grupo e de seu entorno, que reflete o que ocorre com outros, porque, com respaldo no registro, tem-se parcela das auras que devem se associar ao patrimônio que for “objetificado” (GONÇALVES, 2005, p. 32), para que não se perca memória e haja atribuição inadequada de significados a objetos e práticas sociais que enseja(ra)m, porque:

[há] uma simbólica do objeto cuja dinâmica está relacionada a uma ecologia específica, envolvendo um universo mental implicado em certos mapeamentos, atribuições de sentidos mais ou menos subjetivos e fluxos de imagens, que “situam” a coisa em si pelo que significa para os sujeitos, desde o seu estar-no-mundo em relação à própria presença aurática do objeto como ícone, ou mesmo como expressão e desejo de estabelecer vias de comunicação relacionadas a determinadas experiências culturais (SILVEIRA & LIMA FILHO, 2005, p. 39).

Esse registro, articulando ações de caráter social, religioso e cultural com questões de gênero e raça, permite erigir memória coletiva considerando experiências de quem vivenciou situações de discriminação racial e de gênero, enfrentadas à luz de sua fé e organização grupal, pode contribuir para que certas situações não se repitam, para que conquistas sejam mantidas, e fixa tempo e contexto, para que objetos vinculados a elas tenham a devida significação e evoquem, em rituais e acervos públicos ou particulares, funções genuinamente ancestrais, formadoras de cidadania, “entendida não somente como direitos reconhecidos pelo Estado, mas também como ‘práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que têm uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades’ [CANCLINI, 1999, p. 46]” (*apud* JULIÃO, 2002, p. 27), que promovem singularidade inclusiva, justa.

4. RECORTE METODOLÓGICO

Foi feito levantamento bibliográfico – a produção do conhecimento é “construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, [...] complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema” (ALVES-MAZZOTI, 1998, p. 180) –, complementado por anotações de observação participante sensível, segundo Willis (1992), a múltiplos significados e valores, capaz de representar e interpretar articulações, práticas e formas simbólicas das produções socioculturais, porque, fazendo-a, o convive com o – e compartilha valores do – grupo pesquisado.

Este trabalho, portanto, tem certo caráter etnográfico, cuja natureza, segundo Geertz (1977), alia-se ao esforço para descrição densa do contexto em que se pesquisa, permitindo problematizar categorias usadas não apenas pelo grupo em investigação, mas, também, outras, determinadas

pelo lugar social ocupado pelo pesquisador.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada, visando a documentar parte do não documentado, complementando notas de observação, conforme propõe Haguette (1998), tendo sido entrevistados, com formulário aberto, com 42 itens, seis membros da guarda, a saber: duas rainhas do Trono Coroado⁹, três capitães e uma caixeira¹⁰.

Com isso, são analisados, *en passant*, o papel, a importância, os significados atribuídos ao objeto de estudo e os problemas enfrentados pela falta de “memória”, de registro e de compromisso formais.

5. CONGADO, MOÇAMBIQUE, DONA BELA E SUA GUARDA.

Neta de escravos, Maria Elizabeth Mendes (1903-2014), Dona Bela, iniciou-se no Congado aos 7 anos, nele atuando até a sua morte, aos 110 anos. Nascida em Santa Luzia, tendo morado em Patrocínio, mudou-se para Belo Horizonte, onde fundou, no bairro Santo André, em 23 de maio de 1954, a Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista:

inicialmente, uma guarda infantil, com aproximadamente 12 pessoas. Ao participar do Reino do Capitão Edson, foi convidada por ele a dar continuidade ao trabalho, já que ele estava adoentado e com medo de a Guarda acabar. Aos 48 anos, Dona Bela foi coroada rainha. [...] (REIS & TORRES, 2006, p. 80).

É guarda de Moçambique, com primazia nos cortejos do Congado, sendo a primeira na sua hierarquia (que reúne ternos/guardas/batalhões irmãos: Candombe, Congo, Caboclos, Vilões, Catopês ou Catupês, Marujos e Moçambique), a que caminha junto ao séquito imperial e à imagem de Nossa Senhora do Rosário, por ser da linha da que teve um privilégio mí(s)tico:

uma das versões mais recorrentes em Minas nos conta que, no tempo da escravidão, os negros escravos viram uma imagem da santa vagando nas águas do mar. Os brancos a resgataram e entronizaram numa capela construída pelos escravos, mas na qual os negros não podiam entrar. Apesar

9 “por excelência, o ‘lugar da reza’ [...], sendo a Corte constituída pelo Rei Perpétuo ou Rainha Perpétua, que fundou o Reinado, pelos reis de Congo [...], e, depois, “os reis de promessas perpétuas – pessoas que querem permanecer dentro do reinado, pagando uma promessa para um santo de devoção. [...] temos os reis e rainhas que querem, durante determinado período, estar dentro da hierarquia, carregando a coroa de algum santo [...] temos os reis de festa ou reis festeiros, que vão ajudar e querem trabalhar durante uma festa) e os reis de ano (que querem trabalhar durante um ano). Os príncipes e princesas são todos menores de idade que compõem a corte” (AVNER, 2010, p. 170).

10 Quem toca caixa, “tambor cilíndrico com couro em ambas as extremidades” (AVNER, 2010, p. 97).

dos hinos, preces e oferendas, no dia seguinte a imagem desaparecia do altar e voltava ao mar. Após várias tentativas frustradas de manter a santa na capela, os brancos rendem-se à insistência dos escravos e permitem que eles rezem para a imagem, à beira-mar. Uma guarda de Congo dirige-se, então, para a praia e com seu ritmo saltitante, sua coreografia ligeira, suas coroas vistosas, paramentos brilhantes e fitas coloridas e dança para a divindade. A imagem movimenta-se nas águas, alça-se sobre o mar, mas não os acompanha. Vêm, então, os moçambiqueiros, pretos velhos, pobres, com vestes simples, pés descalços, que trazem seus três tambores sagrados, os candombes, feitos de madeira oca e revestidos por folhas de inhame e bananeira. Com seu canto grave e glutal, seu ritmo pousado e denso, as gungas, seus patangomes e sua fé telúrica, cativam a santa que, sentada no tambor maior, a Santana ou Chama, acompanha-os, devagar, sempre devagar (MARTINS, 1997, p. 15-16).

Sobre as principais atividades da sua guarda, assim se manifestou

D. Bela:

[Eu] levanto bandeira três vezes no ano, pra São João Batista, São Pedro, Santo Antônio e São João, que é no meu aniversário. Eu fiz cem anos no dia 24 de junho, que dia de São João, nasci em 1903, estou virando menina de novo. Na época de São João, eu sigo a missão que a minha mãe deixou na minha mão. [...] Eu tenho as bandeiras de São Benedito (que é o aviso), Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo (que é a guia da guarda). Divino Espírito Santo é o Santo que ilumina, que vai abrindo os caminhos e não acontece nada com os congadeiros. [...] (DONA BELA in REIS & TORRES, 2006, p. 87).

Fiel aos três elementos estruturantes do Congado – fundamento, mandamento e sacramento –, sempre zelou por eles. Foi cozinheira, ofício que exerceu até se aposentar, congadeira, rezadeira, benzedeira, raizeira, conselheira, dona de um brechó beneficente – vendia peças até por um real e doava muitas outras –, griô, mestre da cultura popular, sempre disposta a acolher e ajudar a comunidade, intervindo em conflitos, aconselhando, procurando tratamento, ocupação e inserção social para usuários de drogas, reivindicando políticas públicas etc.:

ao longo de sua vida, a matriarca acabou fazendo amizades influentes por toda a cidade, como o percussionista Maurício Tizumba e o ex-vice-prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho. “Todo mundo sabe da importância do trabalho dela em manter as raízes de toda a comunidade. Por isso ela

é considerada a grande matriarca da Pedreira” [...] vi pessoas de várias idades chorando muito na hora dos tambores. Ela influenciou a vida de muita gente ali [...] (CAMILO, 2014).

Em tempos de Catolicismo conservador, com preconceito para com o Congado¹¹ e a Umbanda (em que a D. Bela também atuava, em terreiro na sede do Reinado – velado por cortina, quando dos festejos do Congado) –, dialogava com párocos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (no contíguo bairro da Lagoinha) e ia à Delegacia de Costumes, do D.I. da Polícia Civil, quando nela alguém necessitava de sua intercessão e quando se aproximava o tempo de manifestações religiosas fora da sede da guarda, sob pena de interrupção delas, por policiais, por então se acreditar serem o Congado e a Umbanda próprios de desocupados, vadios¹² etc. porque:

a leitura, por parte de alguns setores sociais, é de que a Congada, assim como o Maracatu e o Jongo, seriam manifestações ligadas a religiões de matrizes africanas (e, por isso, “desviantes”) e a setores pobres da população. Por isso, muitas vezes, são consideradas “expressões menores” da cultura popular (ROVAI, 2015).

Segundo a capitã M.A.S., certa vez, tendo um rei congo sido conduzido à delegacia e detido, bastou D. Bela conversar com o delegado, para que fosse libertado, tais eram o respeito que tinham por ela, o seu poder e a sua consciência de Congado como irmandade, para “assistência na doença, socorro em casos de pobreza” (BORGES, 2005, p. 110-111).

Tendo falecido em 10/02/2014 (CAMILO, 2014), sua guarda quase encerrou atividades, por limitações diversas e falta de preparação de sucessor. Onipresente na guarda, reinou com poder de rainha que, vendo/ouvindo algo que a incomodava, se levantava, com espada na mão, e dizia “Agora, Sá Rainha vai falá!”, e todos a ouviam, em silêncio e obediência, dadas sua experiência, sua sabedoria e seu poder, conquistados com conduta exemplar.

6. MEMÓRIA, PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL E (RE) APAGAMENTO.

11 Souza (2002) afirma que a maioria dos missionários europeus passou a considerar as manifestações do Congado diabólicas.

12 Reflexo de negação ancestral: “[o] impedimento aos folguedos, danças e festas dos escravos era comum nos engenhos baianos, no início do século XVII, e Antonil advertia que negar o direito aos folguedos prejudicava seu desempenho no trabalho, porque ficavam desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde” (FERLINI, 2010, p. 148).

Com o falecimento da D. Bela, sua guarda quase se desintegrou. Desintegrando-se, desintegrar-se-iam bens (i)materiais reunidos ao longo de seus 110 anos de vida, compartilhado por familiares católicos – congadeiros e não congadeiros – e evangélicos e, certamente, parte da memória dessa “protetora da tradição popular”, ganhadora do “Prêmio Culturas Populares 2009, Edição Mestra Dona Izabel”, do Ministério da Cultura, “para prestigiar homens e mulheres que representam a cultura brasileira e lutam pela sua sobrevivência e continuidade” (COSTOLI, 2010), sobre o qual escreveu Geovana Jardim: “ela merecia ganhar por ser uma pessoa que representa o congado meio à margem. [...] ela consegue liderar um grupo problemático, sendo a única rainha sem um patriarca (JARDIM *apud* COSTOLI, 2010)”.

Comentando essa fala, Costoli (2010) afirma que a cachaça “faz parte da tradição do congado em momentos específicos, mas questões de excesso de consumo por parte dos participantes quase levaram a Guarda [...] à qual D. Bela devota sua vida, ao encerramento de suas atividades” (*idem, ibidem*)¹³, entendendo que outro fator que colocava em risco a continuidade da guarda era a sua localização, na Pedreira Prado Lopes: “articular uma festa popular que pessoas interessadas frequentariam torna-se mais difícil. As festas acontecem no local, e pessoas que reconhecem o congado como uma representação cultural importante ficam receosas de participar” (JARDIM *apud* COSTOLI, 2010).

Embora com sede no bairro Santo André, na Rua Prado Lopes, e contando com membros alcóolatrás – apesar de todo o esforço da D. Bela para que deixassem o vício –, esse fator não seria preponderante para possível encerramento das atividades da guarda, mas outros, apontados, *en passant*, a seguir.

O imóvel onde se situava a sede da guarda reúne descendentes da D. Bela, incluindo evangélicos que, por a respeitarem, respeitavam seu Rein(ad)o. Falecida, questões sobre o seu espólio e intolerância religiosa se avivaram, e a guarda interrompeu atividades, retomadas, no final de 2013, junto a uma guarda irmã, em Vespasiano, MG, e, posteriormente, na Vila Acaba Mundo, onde hoje se reúne sob o comando do Capitão Dico, tendo participado de festas religiosas em 2015 e neste ano.

Outras questões vêm afetando essa e outras guardas. Uma delas é a conversão de congadeiros em evangélicos, com reflexos no número e na participação dos membros.

13 Em Congado “canônico”, um congadeiro, se é alcóolatra, evita beber às vésperas das funções, sabendo que lhe cumpre fazer abstinência, porque pensa: o sacrifício “significa que estou entregando algo que me pertence; quanto mais valiosa for a oferenda e quanto mais a atitude de não esperar nada em troca estiver presente no sacrifício, tanto mais ele significa a entrega de mim mesmo, visto nos identificarmos inconscientemente, com posses que são importantes para nós” (VON FRANZ, 1992, p. 184-185).

Outra questão é o fato de muitos jovens, educados por pais congadeiros, se afastarem do Congado, seduzidos pela mídia ou esposando a ideia de que suas manifestações são folguedos que retroagem a um passado colonial, de submissão, de catecismo velado, com visão pejorativa de sincretismo religioso¹⁴ de intuição popular, de “domesticação”, de “controle da sociedade senhorial sobre os negros” (SOUZA, 2002, p. 316), de apaziguamento ou aculturamento.

Isso implica esvaziamento de significados e, às vezes, segundo Rovai (2015), congadeiros pouco se envolvem nas danças e cantos, demonstram pouco conhecimento e pouca devoção, citando Brandão: “existem festas em que as equipes guardam ainda um conhecimento suficiente de seus cantos e passos da marcha e dança. Mas os gestos finos da reciprocidade, da deferência e da devoção foram apagados” (BRANDÃO, s.d., p. 185 apud ROVAI, 2015).

Outra questão é a negação da negritude ou a busca de sua vinculação a (novas) oportunidades de inserção social e a busca de afirmação, alicerçada, principalmente, em valores materiais da cultura de matriz europeia, aos seus patrimônios material e imaterial, contrariando princípios do Congado de valorização da ancestralidade e identidade cultural, posto que, com relação ao período colonial, “nessas festas, os negros sentiam entusiasmo do reconhecimento e valorização da ancestralidade, não precisavam negar a identidade do seu povo” (COSTA, 1989, p. 261).

Fator decisivo para se entender como ocorre certo (re)apagamento da memória do Congado é o comprometimento da tríade fundamento, sacramento e mandamento, com a sua “folclorização pejorativa”, resignificação (atribuição de novos sentidos ou até esvaziamento de sentidos), reapropriação (com intenções, de caráter profano, de “espetacularização” e/ou mercantilização), com a transformação de manifestações de fé em meros shows de música e dança que, longe de serem manifestações de fé, são *performances*. A propósito, acontece, em Belo Horizonte, o Festejo do Tambor Mineiro¹⁵, com guardas de Congado, sem contar com a citada tríade, sendo manifestação pública, popular, não essencialmente religiosa, que a D. Bela respeitava, conforme afirma, em entrevista que subsidia este artigo, M.A.S., 1ª capitã da Guarda da D. Bela, mas dele a sua guarda não participava, por entender que nele não se reuniam fundamento, sacramento

14 Vale lembrar que “apesar dos aspectos pejorativos que prevalecem, o sincretismo é um fenômeno que existe em todas as religiões” (FERRETI, 1995, p. 91).

15 Realizado, anualmente, desde 2000, ao ar livre, no bairro Prado, em Belo Horizonte - MG, com guardas de Congado e grupos de percussão, para celebrar a cultura afro-brasileira, que dá visibilidade a aspectos do Congado, mas – sendo o maior evento anual da capital mineira que reúne congadeiros –, ratifica, de certo modo, a ideia de que as manifestações do Congado são folguedos.

e mandamento do Congado¹⁶.

Esse evento revela a riqueza de cantorias, ritmos, indumentárias e corporeidade ritual do Congado, mas também o desterritorializa e dessacraliza, sem o rosário e rituais próprios, por não celebrar, como cumpre, a memória do “Rosário de Maria”, sobressaindo-se a coreografia, as cores, os cantos, os tambores, ficando esse evento vinculado às *performances*, à constituição de comunidades estéticas, nos termos de Zigmunt Bauman (2005 *apud* ROVAI, 2015), não ao Congado.

Registre-se, a propósito, festa conga, no bairro Aparecida, em Belo Horizonte, em 2015, quando, sendo rei festeiro um ator da Rede Globo de Televisão, a maioria das guardas, ao fazerem embaixadas, ao invés de, primeiramente, saudar, prestar louvor e pedir bênçãos junto ao altar, reverenciava esse rei, contrariando fundamento, sacramento e mandamento do Congado, censuradas, então, pela 1ª capitã M.N.S., da mais antiga guarda desse bairro, que afirma ser D. Bela seu modelo.

Outro caso é verificado com o projeto “A Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista, uma homenagem aos 105 anos de Dona Bela”, da cineasta Andréia Duarte (Projeto FMC/547), que ofereceu uma oficina “Os Fundamentos e os Toques do Reinado”, de 17/06 a 02/09/2009, na sede da guarda, a 25 interessados pelo Congado, mas, sobretudo, pelos fundamentos e toques, porque, concluídos o curso e o projeto, que resultaram no DVD *Rainha Bela* (DUARTE, 2009), só um dos participantes se integrou à Guarda, apesar dos esforços dos capitães para que outros o fizessem.

A obrigatoriedade de inserção de conteúdos sobre gênero e raça nos currículos da rede de ensino regular, com a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, conforme a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), leva muitas pessoas a buscar, no Congado, por instru(menta)ção para ministrá-los. Se, por um lado, isso lança luz sobre o Congado, por outro,

16 Essa guarda buscou, até a sua morte, manter a tradição, sem inovações que se observam de “apagamento ou [...] transformação [...]”, com a introdução de novos instrumentos, como o sopro, o saxofone, a clarineta e o trompete, que se misturam aos tradicionais tambores [...] que, no passado, davam um tom mais marcado, cadenciado e harmonioso [...]. A introdução, inclusive, de apitos e tambores de alumínio, próprios de escolas de samba, teria dado às apresentações um caráter mais “barulhento”, diferente das marcas ritualísticas, registradas das congadas” [...] as cores utilizadas pelos termos foram sendo modificadas [...] (BRANDÃO, 1985 *apud* ROVAI, 2015).

Eventos como esse, em uma “sociedade voltada ao consumo, influenciada por uma temporalidade mais dessacralizada e competitiva, tem contribuído para que as práticas do Congado sejam valorizadas apenas como folclóricas (no sentido de exóticas, de estranhas ou de curiosidade), ou pelo volume e quantidade de instrumentos ou apresentações performáticas, atendendo a interesses por espetáculos. Isso tem preocupado os membros mais velhos, que procuram, incansavelmente, reunir os diferentes grupos, contra o tempo diluidor do capitalismo e a ideia da constituição de comunidades estéticas, como chamou Zigmunt Bauman” (2005 *apud* ROVAI, 2015).

a urgência conduz a arremedos de capacitação, distorções e apropriações indébitas de elementos de caráter religioso de cultura até então subjugada, intencionalmente “apagada”, que comprometem o patrimônio e a memória ancestral que mobilizam o Congado, contribuindo para o seu (re)apagamento).

Na guarda da D. Bela, outro fator conduz a esse (re)apagamento, o fato de não se reunirem registros das suas ações, documentação formal (estatuto há anos sem revisão), não uso de atas de reuniões, dispersão de convites e agradecimentos entregues a outras guardas e delas recebidos, de fotos, vídeos, gravações etc..

Embora valiosíssimo, o documentário *Rainba Bela* (DUARTE, 2009) – hoje, o mais importante e representativo registro, segundo afirma, em entrevista para este artigo, M.A.S. (neta da D. Bela e 1ª Capitã da guarda) sobre a sua avó e o seu Rein(ad)o – traz certa desnaturalização de fatos, cumprindo urdir história mais fidedigna, sem pretensão de “prestação de contas”, sem roteiro e “coreografia” algo engessados, por estarem os informantes sendo filmados, sob luzes, holofotes etc. e para que se registrem os fatos como são, porque:

torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas [...] e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas sociais de valores específicos (BHA-BHA, 1998, p. 241).

Isso implica enfrentar o desafio de responder a clássica pergunta:

quem escreverá o estudo desses atos sem finalidade [a festa], que não ficam restritos a normas, mas que ocupam um lugar imenso no curso da vida dos homens, envolvendo o que chamamos de ‘história’ de um trama sem a qual a história não passaria de jogo de marionetes?... (DUVIGNAUD, 1983, p. 60)

e registrar algo marcado por agrafia, por corporeidade ritual guardiã do tempo, de “sujeitos das experiências”, com testemunhos vivos imbricados, porque:

o sujeito do reconhecimento [...] não é capaz de ver outra coisa senão a si mesmo [...] percebe o que lhe vai ao encontro a partir do que quer, do que sabe, do que imagina, do que necessita, do que deseja e do que espera. O sujeito da apropriação [...] devora tudo o que encontra, convertendo-o em algo à sua medida. [...] o sujeito da experiência [...] sabe enfrentar o outro enquanto o outro está disposto a perder o pé e a se deixar tombar e arrastar por aquele que lhe vai ao

encontro: o sujeito da experiência está disposto a se transformar numa direção desconhecida (LARROSA, 1998, p. 246).

Registro de memória e identidade – conducente a “debate e [a] reconhecimento público, [capazes de] evidenciar as relações, as preocupações e demandas dessas comunidades culturais e religiosas, que procuram sobreviver e resistir às transformações em seu cotidiano, marcado por pobreza, exclusão e desmerecimento no contexto urbano e de mundialização cultural” (ROVAI, 2015) –, que pode levar a autoconhecimento, resultado de tensões, divergências, inquietações, descobertas, revelações e indagações, como as que resultaram neste e deste estudo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias dessa Guarda e da D. Bela se imbricam, com resistência, desdobramentos diversos – incluindo ações de (re)afirmação de identidade, de fé, inclusão social e busca de direitos e benefícios de políticas públicas –, rupturas e conflitos, e são, sobretudo, testemunho de fé.

Seus esforços, sob a tríade fundamento, sacramento e mandamento – encerrados com a descoroação¹⁷ dessa rainha conga, no Cemitério da Paz –, são testemunhos de fé e força de uma mulher negra, pobre, fundadora, rainha e presidente de uma guarda de Moçambique, referência e matriarca de um bairro, guardiã de tradições e baluarte de resistência contra a dessacralização, a desterritorialização (às vezes, com intuito de divulgar o Congado como “arte popular”), a “folclorização”, o (re)apagamento de memórias ancestrais, a mercantilização e o esvaziamento de sentidos que, atualmente, rondam o Congado.

Coletar e produzir registros que perenizem sua memória e a de seus feitos implica vencer certa inércia e são tarefas que membros da sua Guarda agora enfrentam para registrar e dar continuidade a esforços da mulher negra, pobre e analfabeta, que reinou, com sabedoria, até “se encantar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AVNER, Tcharles. *Moçambique pede licença - História, costumes e tradições nas contas do Rosário em Betim*. Lisboa: s/ ed., 2010.

17 Morta, uma rainha conga deve ser descoroadada, para não partir com responsabilidades assumidas, para seu espírito descansar em paz – porque afirmava Dona Bela: “a Coroa do Reinado é muito pesada” (DUARTE, 2009); no céu, para onde se espera seguirá, não tenha coroa; lá, segundo o Congado, a Rainha é outra e única, Mãe de todos: Nossa Senhora do Rosário.

- BERNAT, Isaac Garson. *O olhar do griot sobre o ofício do ator: reflexões a partir dos encontros com Sotigui Kouyaté*. Orientador: José Luiz Ligiéro Coelho. 2008. Tese (Doutorado em Teatro) - Escola de Teatro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BORGES, Maria Célia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Festa do Santo Preto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte - FUNARTE/UFGO, 1985.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 04 ago. 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 09 jan. 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- CAMILO, José Vítor. Aos 110 anos, morre Dona Bela, matriarca da Pedreira Prado Lopes. In: *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 11 fev. 2014.
- CARDOSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, antissincretismo, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed.. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- CORSINI, José Nélio Monteiro. *Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia* - CEAPE/BAHIA. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2007.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1989.
- COSTOLI, Ígor. Reconhecimento - Protetora da tradição popular. O

- Tempo*, Belo Horizonte, 16 fev. 2010.
- DUARTE, Andréia. *Rainha Bela*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2009. DVD. [Documentário realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.]
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Tradução de L. F. Raposo Fontenelle. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Almeida, 2010.
- FERRETI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o sincretismo*. São Paulo: Papema, 1995.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 25-36, jan./jun. 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação da cultura*. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: *CADERNO de diretrizes museológicas 1*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2002. p. 15-28.
- LAROSSA, Jorge. *Pedagogia profana. Danças, piruetas e mascarados*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre: Contrabando, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Obra do Bureau of American Ethnology e suas lições. *Antropologia Estrutural II*. Tradução de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p. 57-68.
- MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jabobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 1997.
- PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS GERAIS. Blog. Dica da Redação: Projeto “A Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista, uma homenagem aos 105 anos de Dona Bela” e Curso “Os Fundamentos e os Toques do Reinado”. Belo Horizonte, 06 jun. 2009.
- REIS, Aparecida dos; TORRES, Júnior. *Salve Maria - Memória da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte: Reinados Negros e Irmandades do Rosário*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2006.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Memória, tradução oral e publicização: manifestações culturais e patrimônio imaterial de congadeiros no Sul de Minas Gerais. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTES DE HISTÓRIA ORAL, XI. - Dimensões do público: comunidades de sentido e narrativas políticas. 08 a 10 jul. 2015. *Anais...* Niterói - RJ, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- SAPIR, E. Culture, genuine and spurious. In: MANDELBAUM, David

- G. (Ed.). *Selected writings in language, culture and personality*. Berkeley: University of California Press, 1985. p. 308-331.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira Lima. Por uma Antropologia do Objeto Documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação dos objetos. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan./jun. 2005.
- SOARES, Maria Dalva; LOPES, Maria de Fátima. Gênero e Poder na tradição do Congado em Belo Horizonte, MG. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010 apud ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Memória, tradução oral e publicização: manifestações culturais e patrimônio imaterial de congadeiros no Sul de Minas Gerais. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTES DE HISTÓRIA ORAL, XI – Dimensões do público: comunidades de sentido e narrativas políticas. 08 a 10 jul. 2015. *Anais...* Niterói – RJ, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- SOUZA, Maria de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- TURNER, Victor. Symbols in African Rituals. In: DOLGIN, Janet L.; KEMNITZER, David S.; SCHNEIDER, David (Eds.). *Symbolic Anthropology. A Reader in the Study of Symbols and Meanings*. New York: Columbia University Press, 1977. p. 183-194.
- VON FRANZ, Marie-Louise. *C. G. Jung: seu mito em nossa época*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1992.